



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DOS OUROS

ESTADO DE MINAS GERAIS



Praça José Maria de Souza, 01 – Centro – CEP: 37548-000 – Conceição dos Ouros – MG.
CNPJ: 18.677.609/0001-65 -Tel. (35) 3653-1220

CONTRATO Nº 116/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 170/2026

PREGÃO Nº. 049/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DOS OUROS** por intermédio do Setor de Licitações, com sede na Praça José Maria de Souza, nº 01, Centro na cidade de Conceição dos Ouros (MG), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 18.677.609/0001-65, neste ato representado(a) pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. Luís Fernando Rosa de Castro, portador da Carteira de Identidade nº MG4280541, expedida pela SSP, e CPF nº xxx.558.106-xx, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **VIEIRA & FARIA LTDA** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 10.916.543/0001-07, sediado(a) na Avenida Moisés Lopes, nº 955, bairro Francisca Augusta Rios, em Pouso Alegre (MG), doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) Fabíola Ribeiro Vieira, portador(a) da Carteira de Identidade nº 34783573 e CPF nº xxx.797.418-xx, tendo em vista o que consta no Processo nº 170/2026 e em observância às disposições da NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/2021, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, DA LEI Nº 11.488/2007 E DECRETO FEDERAL Nº. 10.024/2019 (LEI FEDERAL PREGÃO ELETRÔNICO), DECRETO MUNICIPAL Nº 2215 DE 2022 (LEI PREGÃO ELETRÔNICO MUNICIPAL), DECRETO MUNICIPAL Nº 2264 DE 2023 (REGULAMENTAÇÃO LEI FEDERAL Nº 14.133/21), resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Pregão nº 049/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto do presente Contrato é a **Contratação de empresa especializada para prestação continuada de serviços de acolhimento permanente e hospedagem de cães e gatos encaminhados pelo Município de Conceição dos Ouros/MG, compreendendo guarda, manejo, alimentação, higiene, identificação, transporte quando solicitado, acompanhamento médico-veterinário e demais cuidados necessários ao bem-estar dos animais durante o período de permanência.**

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de 01/10/2026 e encerramento em 30/09/2027, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1. O valor da presente Contrato é de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais).

Credor:	09566 - VIEIRA & FARIA LTDA		Documento:	10.916.543/0001-07		Habilitado:	S	Vencedor:	S	
Ordem	Ficha	Produto			Marca	Qtd	Un	Preco	Total	Venc
1	00464	00000063511-HOSPEDAGEM DE CÃES E GATOS - SERVIÇO CONTINUADO DE ACOLHIMENTO PERMANENTE E HOSPEDAGEM DE CÃES E GATOS.			PRÓPRIA	180	MES	350	63.000,00	S



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DOS OUROS

ESTADO DE MINAS GERAIS



Praça José Maria de Souza, 01 – Centro – CEP: 37548-000 – Conceição dos Ouros – MG.
CNPJ: 18.677.609/0001-65 -Tel. (35) 3653-1220

	POR ANIMAL/MÊS, COMPREENDENDO RECEBIMENTO DOS ANIMAIS PREVIAMENTE AUTORIZADOS PELO MUNICÍPIO; RECOLHIMENTO E TRANSPORTE QUANDO SOLICITADO; TRIAGEM INICIAL; IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO INDIVIDUAL; MICROCHIPAGEM QUANDO DETERMINADA PELO MUNICÍPIO; ACOMODAÇÃO EM LOCAL ADEQUADO, SEGURO, HIGIENIZADO E PROTEGIDO DE INTEMPÉRIES; FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO EM QUANTIDADE E QUALIDADE COMPATÍVEIS COM A ESPÉCIE, PORTE, IDADE E CONDIÇÃO DO ANIMAL; ÁGUA LIMPA DISPONÍVEL PERMANENTEMENTE; HIGIENIZAÇÃO DIÁRIA DOS ESPAÇOS; MANEJO E CUIDADOS DIÁRIOS; ACOMPANHAMENTO MÉDICO-VETERINÁRIO; ATENDIMENTO DE INTERCORRÊNCIAS CLÍNICAS; MANUTENÇÃO DE REGISTROS INDIVIDUAIS E DEMAIS CUIDADOS NECESSÁRIOS DURANTE TODA A PERMANÊNCIA. OS ESPAÇOS DEVERÃO PERMITIR A SEPARAÇÃO DOS ANIMAIS QUANDO NECESSÁRIA EM RAZÃO DE ESPÉCIE, PORTE, COMPORTAMENTO, CONDIÇÃO CLÍNICA, IDADE OU OUTRAS CONDIÇÕES QUE POSSAM COMPROMETER O BEM-ESTAR OU A SEGURANÇA. A SAÍDA, TRANSFERÊNCIA, ADOÇÃO OU OUTRA DESTINAÇÃO DOS ANIMAIS DEVERÁ SER COMUNICADA E AUTORIZADA PELO MUNICÍPIO. OS PROCEDIMENTOS PROGRAMADOS DE ESTERILIZAÇÃO CIRÚRGICA NÃO INTEGRAM O OBJETO NEM O PREÇO DA HOSPEDAGEM. PREVISÃO DE ATÉ 15 (QUINZE) ANIMAIS ACOLHIDOS SIMULTANEAMENTE.						
TOTAL CREDOR:		63.000,00					

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Secretaria de Meio Ambiente, Indústria, Comércio, Agropecuária e Desenvolvimento Econômico Sustentável

Ficha 464 e 519

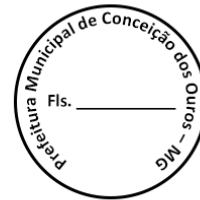
5. LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS / PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. Os serviços serão executados na estrutura de acolhimento disponibilizada pela CONTRATADA, localizada em um raio máximo de 50 (cinquenta) quilômetros do Município de Conceição dos Ouros/MG, devendo o local atender



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DOS OUROS

ESTADO DE MINAS GERAIS



Praça José Maria de Souza, 01 – Centro – CEP: 37548-000 – Conceição dos Ouros – MG.
CNPJ: 18.677.609/0001-65 -Tel. (35) 3653-1220

integralmente às condições previstas neste Termo de Referência e permitir o acompanhamento e a fiscalização pelo Município.

5.2. A limitação da distância justifica-se pela necessidade de assegurar condições adequadas e eficientes para o transporte dos animais, inclusive em situações emergenciais, reduzir o tempo de deslocamento e o estresse decorrente do transporte prolongado, bem como possibilitar o acompanhamento periódico dos animais e a realização de fiscalizações presenciais pela equipe municipal durante toda a execução contratual.

5.3. A definição do raio máximo de 50 (cinquenta) quilômetros também busca garantir a viabilidade operacional da contratação, considerando a necessidade de encaminhamento, retirada, transferência e eventual atendimento de intercorrências envolvendo os animais acolhidos, sem gerar deslocamentos excessivos ou dificuldades para a fiscalização do contrato.

5.4. O atendimento e a admissão dos animais ocorrerão mediante solicitação formal da Secretaria Municipal competente, conforme disponibilidade contratada e prazo indicado na Ordem de Serviço, observada a prioridade das situações emergenciais.

5.5. A prestação será contínua durante a vigência contratual, mantendo-se os cuidados aos animais já acolhidos até sua saída formal ou transferência autorizada.

5.6. A medição será realizada mensalmente, considerando a quantidade de animais efetivamente acolhidos e o respectivo período de permanência, observada a unidade de medida definida na planilha orçamentária.

5.7. A CONTRATADA deverá apresentar relatório mensal contendo, no mínimo, identificação dos animais acolhidos, datas de entrada e saída quando houver, período de permanência, ocorrências relevantes, atendimentos veterinários realizados e movimentações autorizadas no mês.

5.8. O pagamento ficará condicionado ao ateste do relatório e da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado pela Tesouraria do Município de Conceição dos Ouros no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento da (s) Nota (s) fiscal (is) correspondentes à execução do serviço ou fornecimento, acompanhada (s) de comprovação da manutenção das condições demonstradas para habilitação, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto.

6.2. A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária, bem como especificação do local em que foi executado o objeto;

6.3. O CONTRATANTE reserva-se, ainda, o direito de somente efetuar o pagamento após a atestação de que o serviço foi executado em conformidade;

6.4 A ordem serviço será encaminhada no final do mês.

7. CLÁUSULA SEXTA – REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO

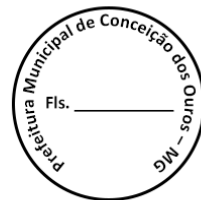
7.1 Poderá ser reajustado o valor do Contrato, mediante iniciativa da CONTRATADA, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data limite para a apresentação da proposta, tendo como base a variação de índice oficial a ser acordado entre as partes na época própria.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DOS OUROS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Praça José Maria de Souza, 01 – Centro – CEP: 37548-000 – Conceição dos Ouros – MG.
CNPJ: 18.677.609/0001-65 -Tel. (35) 3653-1220



§1º - Se a escolha do índice não representar ônus financeiro excessivo em relação à prática usual do mercado, a porcentagem de reajuste deverá, preferencialmente, ser obtida com base na variação do índice inflacionário do setor da economia em que se enquadra o objeto contratual.

§2º - Os efeitos financeiros do reajuste serão devidos a partir da solicitação da CONTRATADA.

8. DA FISCALIZAÇÃO

8.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.

8.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

8.5. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de Pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 - Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara).

8.6. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 - Plenário).

8.7. A fiscalização a ser empreendida para garantir a integral e correta execução do estabelecido no Contrato ficará a cargo do **Secretaria de Meio Ambiente, Indústria, Comércio, Agropecuária e Desenvolvimento Econômico Sustentável – Gabriela Azevedo Rocha**.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

10.1. São obrigações da Contratante:

10.1.1. Indicar os animais que serão encaminhados para acolhimento e fornecer, quando disponíveis, informações pertinentes sobre origem, comportamento e condição clínica;

10.1.2. Formalizar as solicitações de admissão, retirada, transferência ou outra destinação dos animais;

10.1.3. Prestar informações e esclarecimentos necessários à adequada execução do objeto;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar os serviços por meio de servidores formalmente designados;

10.1.5. Atestar a execução dos serviços e receber as notas fiscais e relatórios correspondentes, quando apresentados na forma estabelecida;

10.1.6. Comunicar oficialmente à CONTRATADA eventuais falhas ou irregularidades verificadas e exigir sua correção;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DOS OUROS

ESTADO DE MINAS GERAIS



Praça José Maria de Souza, 01 – Centro – CEP: 37548-000 – Conceição dos Ouros – MG.
CNPJ: 18.677.609/0001-65 -Tel. (35) 3653-1220

- 10.1.7. Autorizar previamente despesas extraordinárias com exames, medicamentos ou procedimentos que não estejam compreendidos no preço mensal, ressalvadas emergências devidamente justificadas;
- 10.1.8. Efetuar os pagamentos devidos, desde que atendidas as condições contratuais e formalidades exigidas;
- 10.1.9. Providenciar, ao término da contratação ou quando necessário, a destinação ou transferência dos animais que permanecerem acolhidos, observadas as condições estabelecidas no contrato.

10.2. Obrigações Da Contratada.

- 10.2.1. Executar os serviços conforme as condições, especificações e padrões estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato;
- 10.2.2. Receber apenas os animais encaminhados ou autorizados pelo Município, mantendo controle individual de entrada, permanência e saída;
- 10.2.3. Manter os animais em condições adequadas de segurança e bem-estar, fornecendo diariamente alimentação compatível, água limpa, higiene e manejo;
- 10.2.4. Manter ambientes adequados, seguros, limpos, ventilados e protegidos de intempéries, realizando separação dos animais quando necessária por espécie, porte, comportamento, idade ou condição clínica;
- 10.2.5. Providenciar acompanhamento médico-veterinário e atendimento às intercorrências ocorridas durante o acolhimento, observadas as regras de autorização para despesas extraordinárias;
- 10.2.6. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer ocorrência relevante, incluindo fuga, acidente, doença infectocontagiosa, agravamento clínico, óbito, conflito grave entre animais ou situação que possa comprometer o bem-estar ou a segurança;
- 10.2.7. Manter registro atualizado dos animais, com identificação individual, datas de entrada e saída, histórico de ocorrências e informações clínicas essenciais;
- 10.2.8. Permitir e facilitar a fiscalização pelo Município, inclusive acesso à estrutura de acolhimento, aos registros e aos animais, sempre que solicitado;
- 10.2.9. Responsabilizar-se pelo transporte quando este estiver previsto na solicitação do Município, utilizando meios seguros e adequados ao transporte de cães e gatos;
- 10.2.10. Manter, durante toda a vigência da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 10.2.11. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer alteração relevante de endereço, estrutura, responsável técnico, capacidade operacional ou situação documental;
- 10.2.12. Prestar os esclarecimentos solicitados e atender prontamente às determinações da fiscalização;
- 10.2.13. Responsabilizar-se por danos causados ao CONTRATANTE, aos animais ou a terceiros em decorrência de falha comprovada na execução dos serviços, observada a legislação aplicável;
- 10.2.14. Atender às demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

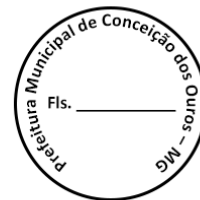
11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:
 - 11.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do Contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DOS OUROS

ESTADO DE MINAS GERAIS



Praça José Maria de Souza, 01 – Centro – CEP: 37548-000 – Conceição dos Ouros – MG.
CNPJ: 18.677.609/0001-65 -Tel. (35) 3653-1220

- 11.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 11.1.3. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 11.1.4. Não assinar o Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 11.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 11.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa;
- 11.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- 11.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

11.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

11.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Município, as sanções administrativas previstas no ITEM 21.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11.6. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

11.6.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

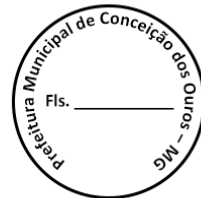
- a) PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do Contrato;
- b) PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do Contrato;
- c) PRÁTICA CONCERTADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do Contrato.
- e) PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DOS OUROS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Praça José Maria de Souza, 01 – Centro – CEP: 37548-000 – Conceição dos Ouros – MG.
CNPJ: 18.677.609/0001-65 -Tel. (35) 3653-1220



12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO.

12.1. O PRESENTE TERMO DO CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:

12.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

12.2. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

12.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES.

13.1. É VEDADO À CONTRATADA:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS.

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO.

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DOS OUROS

ESTADO DE MINAS GERAIS



Praça José Maria de Souza, 01 – Centro – CEP: 37548-000 – Conceição dos Ouros – MG.
CNPJ: 18.677.609/0001-65 -Tel. (35) 3653-1220

16.1. É eleito o Foro da Comarca de Cachoeira de Minas (MG) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

Conceição dos Ouros (MG), 30 de setembro de 2026.

**MUNICIPIO DE
CONCEIÇÃO DOS**

OUROS:18677609000165

Assinado de forma digital por
MUNICIPIO DE CONCEIÇÃO DOS
OUROS:18677609000165
Dados: 2026.09.30 13:49:40 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DOS OUROS (MG)

LUÍS FERNANDO ROSA DE CASTRO - PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

VIEIRA & FARIA LTDA

CNPJ/MF sob o nº 10.916.543/0001-07

CONTRATADO

Testemunhas: